



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 047/2022****SEI N.º 0010024-33.2022.6.05.8000****ASSUNTO:** Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 47/2022**LICITANTE:** EXBIZ INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS TECNOLÓGICOS LTDA.**I - RELATÓRIO**

Trata-se de resposta à impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 047/2022, que tem como objeto a eventual contratação de serviços de autenticação por múltiplos fatores, com fornecimentos de tokens homologados, serviço de instalação com repasse de conhecimento e treinamento oficial do fabricante.

O aviso de licitação do presente pregão foi devidamente publicado no Diário Oficial da União em 25 de julho de 2022, bem como foi disponibilizado o edital, nos sites do TRE/BA e no Portal de Compras do governo Federal, com a data de abertura da sessão prevista para o dia 05 de agosto de 2022, às 09 horas.

Em 1º de agosto de 2022, a empresa EXBIZ INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS TECNOLÓGICOS LTDA encaminhou impugnação ao ato convocatório (doc 2032191), recebida por mensagem no endereço eletrônico do Pregoeiro, gsconceicao@tre-ba.jus.br, conforme previsão constante na condição 20.1 do Edital.

A impugnante, em síntese, requer que seja revista no edital a disciplina contida na condição 10.7 do Instrumento Convocatório especialmente o subitem 10.7.1, exigindo que além de ser observado o valor máximo fixado para o lote, observe-se também os valores unitários que o compõe.

10.7.1. Observado o valor máximo fixado para o lote, o Pregoeiro deverá verificar, também, os preços unitários dos itens que o integram, recusando as propostas que consignarem valores unitários superiores ao preço máximo estimado para a contratação.

10.7.2. Ocorrendo a situação prevista na **condição 10.7.1.** (preço unitário dos itens integrantes do lote maior do que o preço máximo estimado para contratação), o Pregoeiro negociará com a licitante visando a obter preço menor, não sendo permitida a redistribuição da diferença entre os demais itens, ainda que o valor destes seja inferior ao preço da administração.

É o Relatório.

II – TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A impugnação foi encaminhada, tempestivamente, para o e-mail deste Pregoeiro, em 01 de agosto de 2022, conforme previsão constante nas condições 20.1 do edital.

III - RAZÕES DA IMPUGNANTE

Insurge-se a impugnante, nos termos a seguir transcritos:

10.7.1. Observado o valor máximo fixado para o lote, o Pregoeiro deverá verificar, também, os preços unitários dos itens que o integram, recusando as propostas que consignarem valores unitários superiores ao preço máximo estimado para a contratação.

10.7.2. Ocorrendo a situação prevista na **condição 10.7.1.** (preço unitário dos itens integrantes do lote maior do que o preço máximo estimado para contratação), o Pregoeiro negociará com a licitante visando a obter preço menor, não sendo permitida a redistribuição da diferença entre os demais itens, ainda que o valor destes seja inferior ao preço da administração.

Ocorre que tal exigência acaba por excluir a ampla concorrência do certame, por ser uma especificação excessiva e desnecessária que limita a concorrência, ferindo, assim, o art. 3º, da Lei 10.520/2002, cujo Órgão optou aplicabilidade na primeira página do Edital.

4. Isso porque o preço estimado, respaldado pelo art. 40, §2º, II, da Lei 8.666/93, segundo o TCU, pode ou não ser definido como preço máximo. Veja-se:

REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. OITIVA PRÉVIA DOREPRESENTADO. APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS. LICITAÇÃO SUSPensa POR INICIATIVA DO PRÓPRIO ÓRGÃO. NEGATIVA DO PROVIMENTO CAUTELAR. EXAME DO MÉRITO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO. (...) 3. "Orçamento" ou "valor orçado" ou "valor de referência" ou simplesmente "valor estimado" não se confunde com "preço máximo". O "valor orçado", a depender de previsão editalícia, pode eventualmente ser definido como o "preço máximo" a ser praticado em determinada licitação, mas não necessariamente. 4. Nas modalidades licitatórias tradicionais, de acordo com o art. 40, § 2º, II, da Lei n.º 8.666/93, o orçamento estimado deve figurar como anexo do edital, contemplando o preço de referência e, se for o caso, o preço máximo que a Administração se dispõe a pagar. No caso do pregão, a jurisprudência do TCU é no sentido de que a divulgação do valor orçado e, se for o caso, do preço máximo, caso este tenha sido fixado, é meramente facultativa. (ACÓRDÃO TCU 392/2011)

Diante do exposto e entende-se que o impugnante pleiteia a alteração do edital para então ofertar valores superiores aos preços unitários estimados pela Administração. Vejamos:

“Por essas razões, pugna-se pela observância do princípio da ampla concorrência e alteração dos itens 10.7.1, 10.7.2 e 10.8 no sentido de permitir a apresentação de produtos com valores unitários a maior dos que estimados em pesquisa de mercado, desde que respeitado o valor total do lote único.”

IV – FUNDAMENTAÇÃO

Analisando as alegações da empresa impugnante retro mencionada, quanto ao valor de referência, preço máximo e valores estimativos, segundo a doutrina conclui-se que a mesma não deve prosperar pelos seguintes fundamentos:

VALOR MÁXIMO

Quando fala-se em “valor máximo”, refere-se a um preço-teto máximo que a Administração poderá inserir [no edital](#) como critério de aceitabilidade de propostas, funcionando como vetor de desclassificação de propostas. O valor máximo está previsto nos seguintes dispositivos:

I) Art. 40, X, Lei 8666 (“permitida a fixação de preços máximos”). O que não pode existir é a fixação de preço mínimo, consoante o mesmo dispositivo.

II) Art. 48, II, lei 8666: “Art. 48. Serão desclassificadas: (...)II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido (...)”

Uma vez incluído [no edital](#) o valor máximo que a Administração se dispõe a pagar, qualquer proposta que possua valor acima deste estipulado, deve ser desclassificada.

Nas modalidades clássicas de licitação esta desclassificação é automática (ou seja: abertas as propostas e verificadas propostas acima do valor máximo estabelecido, serão desclassificadas imediatamente). No pregão, a desclassificação não será de pronto, pois ainda existe a [fase de lances](#) e [negociação](#).

Apenas ao final do certame, em [fase negocial](#), permanecendo o valor da proposta acima do valor máximo estipulado e, negando-se o vencedor a reduzir seu valor, então, [o pregoeiro](#) a desclassifica.

A fixação de um valor ou preço máximo no edital é “permitida”, ou mais corretamente, autorizada. Não é obrigatória, nem proibida.

Saliente-se: apesar de facultativo, uma vez fixado no edital o valor máximo, torna-se critério vetor de desclassificação de proposta, com base no art. 48, II, L.8666 supramencionado:

Estabelecido, [no edital](#), o preço máximo, resultarão desclassificadas as propostas comerciais que o ultrapassarem, critério estritamente objetivo que facilitará a tarefa julgadora da Comissão, desde que conciliável com as características do objeto em licitação e que haja sido possível apurar-se o preço de mercado com segurança^[1].

Quanto as ponderação as constantes nos itens 8 e 9 (doc 2032191) elas não devem progredir. Pois, caso contrário, estaríamos abrindo espaço para superfaturamento da contratação, por meio do “**jogo de planilhas**”, visto que possibilitaria ao licitante vencedor oferecer preço unitário acima do valor estimado pela Administração. Procedimento vedado na condição 10.7.1 do Edital e Acórdão 1.757/2008 - TCU

TCU: A caracterização do jogo de planilhas independe da demonstração de dolo das partes envolvidas. O TCU julgou tomada de contas especial resultante de processo de auditoria realizada em obras de complexo viário. Entre os achados apontados pela equipe de fiscalização,

destacou-se a ocorrência de superfaturamento em razão do pagamento de serviços em contrato que sofreu desequilíbrio econômico-financeiro por modificações nos quantitativos inicialmente previstos, gerando débito perante a União no valor de R\$ 2.417.394,09.

No exame do mérito, após a realização de citações e audiências, consignou o relator que, segundo constatou-se, **“foram elevados quantitativos de itens que apresentavam preços unitários superiores aos de mercado e reduzidos quantitativos de itens com preços inferiores, por meio de alterações contratuais informais, posteriormente, materializadas em um termo aditivo, configurando, assim, a ocorrência de ‘jogo de planilhas’”**[2].

Quanto as alegações constantes nos itens 6 e 7, (doc 2032191) encaminhamos e-mail a SEAQUI para se manifestar sobre a exequibilidade dos preços. O Setor de Aquisições retornou a consulta opinando pela conformidade dos preços coletados com os valores praticados no mercado. (doc 2032247)

V - CONCLUSÃO

Do exposto, conhecemos da impugnação interposta pela empresa EXBIZ INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS TECNOLÓGICOS LTDA e, no mérito, manifesta-se este Pregoeiro pelo não acolhimento das razões do requerimento da impugnante.

Considero prudente, antes da decisão da Diretoria Geral deste Tribunal, **submeter o processo à análise da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, ante a possibilidade de alteração do instrumento convocatório.**

É a manifestação.

Em 03/07/2022.

Gilson Soares da Conceição
Pregoeiro

[1] [https://www.viannaconsultores.com.br/distinção-entre-valor-maximo-e-valor-estimado na licitação](https://www.viannaconsultores.com.br/distinção-entre-valor-maximo-e-valor-estimado-na-licitação)

[2] <https://zenite.blog.br/tcu-a-caracterizacao-do-jogo-de-planilhas->



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 03/08/2022, às 14:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2032294** e o código CRC **0294B54F**.